



Esquema de pirâmide financeira é alvo de operação da PCMG na capital

As investigações sobre um suposto esquema milionário de pirâmide financeira resultaram em operação da Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG), na manhã desta sexta-feira (22/11), em Belo Horizonte. Na ocasião, foram cumpridos seis mandados de busca e apreensão em endereços vinculados a uma mulher, de 26 anos, suspeita de coordenar o esquema.

No local das buscas, os policiais apreenderam celulares, passaporte, máquinas de cartão de crédito, contratos e uma quantia em dólares. O material arrecadado será analisado, a fim de subsidiar as investigações e identificar outros possíveis envolvidos.

Denúncias

As investigações tiveram início após uma vítima denunciar ter sido alvo do esquema, apresentando um prejuízo financeiro considerável. Diante disso, a Polícia Civil passou a levantar informações sobre a atuação da investigada e de sua empresa.

No curso do inquérito policial, outras vítimas foram ouvidas pela polícia, as quais relataram o padrão do golpe e a prática reiterada de captação de recursos sob falsas promessas de retorno financeiro.

Pirâmide

Conforme apurado pela PCMG, a investigada utilizava da influência que tinha no meio digital para atrair vítimas interessadas em investir em uma plataforma de apostas online. Por meio de perfis em redes sociais, a suspeita prometia mentorias capazes de garantir altos retornos financeiros, com a possibilidade de dobrar os valores investidos em até 20 dias.

No entanto, o esquema funcionava no modelo de pirâmide financeira, no qual recursos arrecadados de novos investidores eram empregados para pagar os primeiros participantes. Ao longo do tempo, a investigada deixou de cumprir os pagamentos, gerando um prejuízo às vítimas estimado em mais de R\$ 3 milhões.

A investigada teria atuado com esse esquema entre os anos de 2022 e 2024, em Belo Horizonte e na plataforma online.

Contratos e finanças

Por meio da análise de contratos firmados, ficou evidente as cláusulas que responsabilizavam exclusivamente a investigada pelos prejuízos. Além disso, a Polícia Civil identificou a ausência de registros formais como investidora na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ou no Banco Central, o que configurava irregularidade na atividade.

Em levantamento de informações bancárias e financeiras, foram verificadas movimentações que ultrapassavam R\$ 1 milhão. Além disso, os policiais encontraram indícios de falsificação de documentos e uso de mensagens adulteradas para enganar credores e investidores.

Falsa imagem

A fim de dar credibilidade ao que propunha, a mulher exibia uma vida de luxo, casos de sucesso de clientes e depoimentos em suas redes sociais. Dessa forma, a suspeita conseguiu atrair dezenas de investidores, que aplicavam valores significativos.

As investigações, coordenadas pelo Departamento Estadual de Combate à Corrupção e a Fraudes, continuam.